



**Núcleos Sindicais:**

Apucarana  
Arapongas  
Assis Chateaubriand  
Cambará  
Campo Mourão  
Cascavel  
Cianorte  
Cornélio Procopio  
Curitiba Metropolitana Norte  
Curitiba Metropolitana Sul  
Curitiba Norte  
Curitiba Sul  
Foz do Iguaçu  
Francisco Beltrão  
Guarapuava  
Irati  
Ivaiporã  
Jacarezinho  
Laranjeiras do Sul  
Londrina  
Mandaguari  
Maringá  
Paranaguá  
Paranavaí  
Pato Branco  
Ponta Grossa  
Toledo  
Umuarama  
União Vitória

## Moção de Repúdio

A APP-Sindicato condena e repudia todas as perseguições políticas aos/às educadores/as do Estado do Paraná, anônimas via ouvidorias, sindicâncias e processos administrativos.

Tal prática visa criar uma política de intimidação e cerceamento de liberdades democráticas, utilizando o estatuto do magistério da época da ditadura.

Diante disso, propomos uma campanha de denúncias à sociedade paranaense e brasileira, de aproximadamente 3500 perseguições a educadores no estado do Paraná.”

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

**TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**



**Núcleos Sindicais:**

Apucarana  
Araongas  
Assis Chateaubriand  
Cambará  
Campo Mourão  
Cascavel  
Cianorte  
Cornélio Procopio  
Curitiba Metropolitana Norte  
Curitiba Metropolitana Sul  
Curitiba Norte  
Curitiba Sul  
Foz do Iguaçu  
Francisco Beltrão  
Guarapuava  
Irati  
Ivaiporã  
Jacarezinho  
Laranjeiras do Sul  
Londrina  
Mandaguari  
Maringá  
Paranaguá  
Paranavaí  
Pato Branco  
Ponta Grossa  
Toledo  
Umuarama  
União Vitória

## Moção de repúdio

O Banco Mundial publicou em novembro de 2018 a “análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, denominado “um ajuste justo”.

Nós, Educadoras e Educadores da APP-Sindicato, repudiamos esse relatório que é cínico, mentiroso e a favor da mercantilização e privatização da Educação Pública.

É a hipocrisia organizada do capital financeiro desmedido, da culpabilização do profissional da educação, da retirada de direitos, da justificativa do mérito como se a qualidade da educação fosse de foro individual e não é.

A Educação Pública, de qualidade social, laica, gratuita para todos e todas, é e sempre será coletiva. Nossa ação é coletiva. Ensinar é coletivo. A Escola Pública é uma construção coletiva.

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA ENSINA, RESISTE E SONHA.**

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

**TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**



**Núcleos Sindicais:**

Apucarana  
Arapongas  
Assis Chateaubriand  
Cambará  
Campo Mourão  
Cascavel  
Cianorte  
Cornélio Procopio  
Curitiba Metropolitana Norte  
Curitiba Metropolitana Sul  
Curitiba Norte  
Curitiba Sul  
Foz do Iguaçu  
Francisco Beltrão  
Guarapuava  
Irati  
Ivaiporã  
Jacarezinho  
Laranjeiras do Sul  
Londrina  
Mandaguari  
Maringá  
Paranaguá  
Paranavaí  
Pato Branco  
Ponta Grossa  
Toledo  
Umuarama  
União Vitória

**MOÇÃO DE APOIO**

Os/As profissionais da educação básica do estado do Paraná, reunidos/as em assembleia estadual do seu órgão de representação, a APP-Sindicato, vêm, por meio deste documento, demonstrar o seu apoio à luta contra a “lei da mordça” no município de Marechal Cândido Rondon – PR.

O PL 29/2017 foi aprovado em sessão extraordinária no dia 09/11 e só então, a partir da imprensa local, é que a comunidade tomou conhecimento do projeto.

A partir disso, várias entidades, dentre elas a APP-Sindicato - Núcleo Sindical de Toledo, iniciaram um processo de mobilização que unificou professores/as das redes municipal, estadual e do ensino superior, assim como estudantes e pais e mães.

Esta mobilização conseguiu, no dia 13/11, o veto integral do Prefeito ao projeto e, a partir da pressão e negociação, fazer com que vários/as vereadores/as, a princípio favoráveis ao projeto, voltassem atrás de sua posição.

Como reação ao processo de mobilização, lideranças nacionais do MBL começaram a divulgar vídeos onde atacam tanto os/as professores/as, como também o prefeito e os/as vereadores/as favoráveis ao veto.

Desta forma, os/as Trabalhadores/as em Educação Pública do Paraná, reunidos/as em assembleia estadual, reiteram o seu apoio ao movimento contra a lei da mordça e convocam a categoria a se mobilizar contra o fascismo, contra a censura, contra os retrocessos e a favor do estado democrático de direito, pela manutenção do veto.

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

**TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**

**APP-Sindicato**



**Núcleos Sindicais:**

Apucarana  
Arapongas  
Assis Chateaubriand  
Cambará  
Campo Mourão  
Cascavel  
Cianorte  
Cornélio Procopio  
Curitiba Metropolitana Norte  
Curitiba Metropolitana Sul  
Curitiba Norte  
Curitiba Sul  
Foz do Iguaçu  
Francisco Beltrão  
Guarapuava  
Irati  
Ivaiporã  
Jacarezinho  
Laranjeiras do Sul  
Londrina  
Mandaguari  
Maringá  
Paranaguá  
Paranavaí  
Pato Branco  
Ponta Grossa  
Toledo  
Umuarama  
União Vitória

## Moção de Repúdio

As mulheres e homens presentes à Assembleia Estadual da APP-Sindicato do dia 25 de novembro de 2017, em Curitiba, Paraná, manifestam veemente repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 181/2015. Essa proposta de emenda constitucional, que pretende ampliar a licença maternidade para mães de prematuros, traz embutida no texto reformulado uma verdadeira punição às mulheres vítimas de estupro. Ao propor alteração do inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, este “cavalo de tróia” tem por finalidade proibir o aborto nos casos atualmente previstos em lei, como estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe.

O Brasil é um dos países mais atrasados no mundo em termos legais e culturais, quando se trata do direito à saúde e dignidade da mulher vítima de violência. Dados do IPEA de 2014 informam que 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. Segundo o estudo, o Brasil registra um estupro a cada 11 minutos. A sociedade brasileira já avançou na compreensão da gravidade deste tema, ao editar a Lei 2.845/13, que assegura o aborto legal à mulheres, independentemente da idade, vítimas de abuso sexual e determina que os hospitais devem oferecer às vítimas atendimento emergencial, integral e multidisciplinar para o controle e o tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

A PEC 181/15, em pleno século XXI, caminha na direção oposta, ao agravar uma realidade já dramática. Além de extemporânea, a PEC regrida os direitos já conquistados e expõe o caráter machista e misógino da sociedade brasileira, pois, além de negar a efetiva emancipação das mulheres, pretende condená-las penalmente por quaisquer práticas de aborto.

Diante desta situação, que efetivamente fomentará mais mortes de mulheres na maior nação latino-americana e na quinta maior população mundial, as trabalhadoras e trabalhadores em educação pública no Estado do Paraná rechaçam a PEC 181/15 e requerem dos/as parlamentares do Congresso Nacional do Brasil a sua completa rejeição.”

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

**TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**



**Núcleos Sindicais:**

Apucarana  
Arapongas  
Assis Chateaubriand  
Cambará  
Campo Mourão  
Cascavel  
Cianorte  
Cornélio Procopio  
Curitiba Metropolitana  
Norte  
Curitiba Metropolitana  
Sul  
Curitiba Norte  
Curitiba Sul  
Foz do Iguaçu  
Francisco Beltrão  
Guarapuava  
Irati  
Ivaiporã  
Jacarezinho  
Laranjeiras do Sul  
Londrina  
Mandaguari  
Maringá  
Paranaguá  
Paranavaí  
Pato Branco  
Ponta Grossa  
Toledo  
Umuarama  
União Vitória

## Moção de repúdio

O companheiro Cesar Batisti está sendo perseguido pelo estado burguês italiano, por simplesmente lutar pela classe trabalhadora.

Querem penalizá-lo com a deportação para a Itália, onde corre risco de vida.

Somos todos Cesar Batisti.

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

**TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**



## MOÇÃO DE REPÚDIO: POR QUE SOMOS CONTRA A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS



Estamos assistindo algumas declarações dos governos no sentido de entregar as escolas públicas para a Polícia ou para o Exército administrarem. Muitas pessoas podem achar que, implantando uma forma militar de organizar a escola, o desempenho de crianças e jovens vai melhorar pelo simples fato de que eles aprenderão a seguir rigidamente os rituais escolares e a obedecer autoridade. Temos fortes razões para acreditar que o fato das escolas públicas se militarizarem, não atenderá as necessidades e aspirações de alunos e famílias e não resolverá os problemas da qualidade. Uma escola organizada nesses moldes obriga os estudantes a uma hierarquia que é “respeitada” por meio da coação, criando uma impressão de disciplina, mas que no fundo, é medo. Uma escola militarizada não trabalha noções como participação, motivação, interesse, democracia, diálogo, ou seja, valores que entendemos fazer parte das funções de uma escola que quer cidadãos com capacidade de intervenção na sociedade.

Uma educação militar pode ser válida para aqueles(as) que aceitam seus princípios, que queiram seguir carreira, que aceitam a obediência e a hierarquia sem questionamentos. Mas não serve para um projeto de país democrático. Nenhum país democraticamente bem estruturado transferiu para as Forças Armadas as funções de educar seu povo, nem os Estados Unidos da América, o país mais militarizado do mundo, porque uma nação só se desenvolve com liberdade de expressão e com criatividade. Não é função dos militares a proposição de novos horizontes culturais, científicos, educacionais e suas escolas têm uma função bem clara de formar novos militares. Países desenvolvidos e que investem na educação não pensam, nem de longe, em militarizar suas escolas.

Acreditamos também, que os governos estão querendo descumprir suas obrigações com a educação, criando medidas paliativas e ilusórias. Sabe-se que os benefícios aparentes das escolas militares são fruto de melhores condições estruturais, financeiras e de pessoal que essas escolas gozam. As escolas militares têm uma estrutura privilegiada, os(as) professores(as) têm planos de carreira e salários muito melhores do que a média dos seus colegas. Ou seja, o que parece ser bom nas escolas militares são os recursos que faltam nas escolas públicas.

Vejamos outros elementos da nossa crítica à militarização das escolas:

A) DURANTE A DITADURA – 1964-1985 - OS MILITARES ESVAZIARAM A ESCOLA PÚBLICA. Vivemos recentemente um regime militar que não deixou como herança uma escola pública bem estruturada. Ao contrário, os militares esvaziaram a escola de conteúdo, tirando matérias como filosofia e sociologia; história e geografia desapareceram e se fundiram nos Estudos Sociais e criaram-se disciplinas como Educação Moral e Cívica que servia apenas para justificar o golpe. A qualidade da escola pública caiu em vinte anos. Os militares também não criaram um Sistema Nacional de Educação para todo o país e não incluíram setores sociais historicamente alijados do seu direito à educação. Como consequência, houve um crescimento das escolas particulares por falta de investimentos na escola pública.

B) A ESCOLA PÚBLICA DEVE ATENDER A TODOS/AS E NÃO PODE OPTAR POR UM SÓ TIPO DE PENSAMENTO. NÃO SE PODE USAR RECURSOS PÚBLICOS A FAVOR DE UMA IDEOLOGIA. As famílias que



acreditam na formação militar para seus/suas filhos/as poderiam ter a oportunidade de colocá-los numa escola com este caráter. Mas a escola pública deve ser universal, contemplar a todos/as. Por isso na escola pública não se pode confessar uma religião, defender um partido político ou uma ideologia. Se a escola for administrada por militares, como ficarão as pessoas que não gostam de seus símbolos, da sua hierarquia rígida, da sua educação alienante que não permite o contraditório? Como ficam as pessoas questionadoras, sensíveis, que têm uma mente e um espírito inquietos? Um Estado não pode obrigar todas as famílias, crianças e jovens a se submeterem a este regime, numa escola onde não há possibilidade de questionamentos.

C) A ESCOLA É O ESPAÇO PARA CRIAR CAMINHOS E POSSIBILIDADES, ESPAÇO DA CRIATIVIDADE, DE SONHOS E SENTIMENTOS E NÃO DA DISCIPLINARIZAÇÃO PELA COAÇÃO. As normas da ideologia do militarismo brasileiro são, muitas vezes, violentas e baseadas numa hierarquia que permite abusos e arrogância, marcados por um poder quase ditatorial criado nos mais de vinte anos de ditadura. Esta ideologia induz os alunos uma prática acrítica que dá a impressão de disciplina mas, na verdade é coação, é violência simbólica. Na escola militarizada, todos devem se comportar, se vestir, pensar e agir da mesma forma. Defendemos uma escola que ajude as pessoas a encontrar seus caminhos da maneira livre, pessoal, criativa e acreditamos em alunos questionadores, que desafiam o conhecimento e criam novas questões, superando seus mestres. É a mesma relação que temos com os nossos filhos: desejamos que eles vivam de sua maneira, desafiando o mundo para criar o novo. Uma escola deve se pautar por uma formação humana, preparando as novas gerações para mudanças e para um mundo melhor. O currículo deve ser crítico, aberto, dar liberdade e autonomia. Isto não significa que defendemos a “bagunça” e o desrespeito, mas uma disciplina e uma organização escolar que devem emergir do interesse por um projeto comum, de conteúdos com significado, de metodologias novas e não da obediência estrita.

D) A POLÍCIA BRASILEIRA PODERÁ LEVAR PARA AS ESCOLAS SUA EXCESSIVA IDEOLOGIA MILITAR. O Brasil é um dos poucos países onde a polícia militar tem uma estrutura ligada ao exército e que não está sob a responsabilidade da justiça comum. Isto dá aos policiais um poder excessivo. Escutamos notícias de abusos policiais não só em quartéis, em delegacias e prisões, mas também nas periferias das grandes cidades. Nas escolas militarizadas, as famílias, muito provavelmente não terão acesso ao que se passa dentro dos muros da escola. Corremos o risco de que abusos que acontecerem internamente, sequer se tornem públicos. Não queremos que o ambiente escolar sofra os mesmos abusos e excessos a que são submetidos muitos dos filhos da classe trabalhadora.

E) A POLÍCIA E O EXÉRCITO TÊM FUNÇÕES BEM DEFINIDAS QUE NÃO É A FORMAÇÃO CULTURAL DE CRIANÇAS E JOVENS. A segurança pública, interna e externa e o combate à criminalidade são as principais funções das forças armadas e policiais. Não podemos confundir a formação militar com um projeto de formação geral, que deve ser ampla e plural. Os governos estaduais não querem resolver os problemas sociais, como educação, trabalho, moradia, e ficam desviando a atenção, criando desculpas e soluções paliativas, transferindo para os militares uma função que não é deles.

Achamos que não se deve confundir esses papéis e que as escolas, ao passarem para um regime militar, não vão ajudar na construção de um país que se coloca o desafio de construir uma democracia social e justa.

Assim, defendemos que a educação deva ser um canal de construção de cidadania e paz e mais militarismo significa menos senso crítico, menos participação. Disciplina é diferente de imposição, de coação; na realidade, o argumento da disciplina é uma desculpa para a imposição do autoritarismo que vai mergulhar ainda mais o nosso povo no medo e na inércia. As manifestações de violência que surgem nas escolas públicas é o resultado da ineficiência, da retirada do Estado de todas as políticas sociais e elas não podem ser combatidas com mais violência, mas, ao contrário, com investimentos públicos, participação e criticidade.